



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 20/2018

Proposio : Projeto de Lei n 09/2018
Autoria : Executivo
Assunto : Institui normas de proteo  arborizao urbana do Município de Guar e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR**, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuioes legais,

A P R O V A:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIOES PRELIMINARES

Art. 1 Esta lei disciplina a arborizao no Município de Guar, impondo ao municpe a co-responsabilidade com o poder público municipal na proteo da flora e, ainda, estabelece os critérios e padrões relativos à arborizao urbana.

Pargrafonico:- Arborizao urbana é, para efeitos desta lei, aquela adequada ao meio urbano visando à melhoria da qualidade paisagística e ambiental.

Art. 2 As rvores existentes nas vias, passeios, praças e parques do Município são bens de interesse comum de todos os municpes e todas as aoes que interferem nestes bens ficam condicionadas aos dispositivos estabelecidos nesta lei.

 1 Para efeitos desta lei, está compreendida na definio de árvores enquanto bens de interesse comum de todos os municpes:

I - a vegetao de porte arbóreo de domínio público, existente ou que venha existir no território do Município de Guar;

II - as mudas de espécies arbóreas e as demais formas de vegetao natural, plantadas em áreas urbanas de domínio público;

III - a vegetao de porte arbóreo de preservao permanente, de acordo com a Lei Federal n. 12.651, de 25 de maio de 2012 – Novo Código Florestal e suas alteraoes;

IV - as vegetao de porte arbóreo que for decretada imune ao corte, nos termos e condioes previstos nesta lei.

 2 Considera-se vegetao de porte arbóreo, aquela composta por espécies vegetais lenhosas, com diâmetro  altura do peito (DAP) superior a 0,05m (cinco centímetros).

 3 Diâmetro  altura do peito (DAP)  o diâmetro do caule árvore  altura de aproximadamente 1,30m (um metro e trinta centímetros) do solo, medido a partir do ponto de interseo entre a raiz e o caule, conhecido como colo.

CAPÍTULO II DA PROTEO DA ARBORIZAO URBANA



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 3 é vedado o corte, derrubada ou a prática de qualquer que possa provocar dano, alteração do desenvolvimento natural ou morte de árvore em área pública localizada no Município de Guar, salvo aquelas situações previstas na presente lei.

 1 No interior dos terrenos, quintais residenciais e comerciais urbanos, com área de até 1.000 m² (mil metros quadrados), que não configurem área de Preservação Permanente - APP, é permitido a poda e a extração de árvores frutíferas, espécies nativas e espécies exóticas, desde que não declaradas imunes ao corte, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico.

 2 Quando a área dos locais a que se refere o parágrafo anterior for superior a 1.000 m² (mil metros quadrados) o interessado deverá procurar a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo para obter a autorização para poda ou extração das árvores, quando exigível por lei.

Art. 4 Os projetos de eletrificaes urbanas, públicos ou privados, em áreas já arborizadas, deverão compatibilizar-se com a vegetação arbórea pré-existente.

 1 Sob as redes de energia elétrica e telefonia, o plantio fica restrito às árvores de pequeno porte.

 2 Nas ruas e avenidas arborizadas, os fios condutores de energia elétrica e de telefonia deverão ser colocados à distâncias razoáveis das árvores, de forma que não prejudique a arborização existente, ou deverá ser colocado rede compacta ou cabos protegidos (ecológicos).

 3 A empresa responsável pela distribuição de energia elétrica deverá priorizar o uso de cabos subterrâneos naquelas áreas de relevante interesse ambiental, assim declaradas por ato do Poder Público Municipal.

 4 Para os novos projetos de eletrificação em condomínio ou loteamentos, deverá ser previsto, preferencialmente, o uso de redes elétricas subterrâneas.

Art. 5 As empresas responsáveis pela telefonia convencional, TV, internet e assemelhados, deverão proceder às adequações técnicas dos cabos e fios nas vias públicas, atentando para os cuidados com a arborização urbana.

Art. 6 Os resíduos domésticos, de construção, ou industriais não poderão ser lançados nos canteiros da arborização urbana.

Art. 7 é vedado o trânsito de veículos de qualquer natureza sobre os canteiros, praças e jardins públicos, excetuando-se as situações emergenciais ou quando autorizados pela Prefeitura Municipal em razão de interesse público justificável.

Art. 8 Não será permitido manter animais amarrados nas árvores da arborização urbana.

Art. 9 é proibida a supressão de árvores localizadas em área de domínio público para instalação de placas, luminosos, letreiros, toldos ou similares.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 10 Os andaimes e/ou tapumes das construes ou reformas não poderão danificar as árvores localizadas em áreas públicas e privadas.

Art. 11 As bancas de jornal ou revistas deverão ter localizao aprovada pelo setor competente, de tal forma que não afetem a arborizao urbana existente no local.

Art. 12 Não serão permitidas as fixaes de faixas, cartazes, holofotes, placas e pregos na arborizao urbana localizada em área de domínio público.

Parágrafo nico:- As decoraes festivas serão permitidas, desde que provisórias, e que não causem nenhum dano a rvore.

Art. 13 Fica expressamente proibido cair, pintar ou pichar as árvores localizadas em área de domínio público.

Parágrafo nico:- Para os efeitos desta lei considera-se prática de pintar as árvores com cal diluída em gua.

Art. 14 As edificaes com fins industriais, comerciais ou de prestao de serviços deverão adaptar-se as arborizaes já existentes, sendo proibida a supressão de árvores para fins publicitários e afins.

CAPÍTULO III DOS NOVOS PARCELAMENTOS DO SOLO

Art. 15 Os parcelamentos do solo urbano sob a forma de loteamento ou desmembramento, seja de iniciativa pública ou privada, sujeitos  aprovao pela Prefeitura Municipal de Guar, ficam obrigados a apresentar, além de outros documentos obrigatórios já previstos na legislao específica, Projeto de Arborizao.

 1 Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - Loteamento - a subdivisão da área em lotes destinados a edificao, com abertura de novas vias de circulao, de logradouros públicos ou prolongamento das vias existentes;

II - Desmembramento - a subdivisão da área em Lotes, destinados a edificao, com aproveitamento do sistema viário existente, e sem abertura, prolongamento ou modificao de vias e logradouros públicos.

 2 Fica o empreendedor responsável pelo parcelamento do solo, obrigado a implementar o “Espaço rvore”, devendo constar em seus projetos de inicializao de obra, submetido à aprovao e fiscalizao por parte dessa municipalidade, inclusive com relatório comprobatório de execuo com registro fotográfico.

I - Para a execuo do “Espaço rvore” nas calçadas dos novos loteamentos, de no mínimo 2,5m de largura, considerar-se-:

a) 40% (quarenta por cento) da largura;

b) o comprimento do “Espaço rvore” deverá ter, no mínimo, o dobro da largura;

II - No viário, o “Espaço rvore” deverá ser implementado em todos os prédios públicos no prazo máximo de 03 (três) anos.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

- a) a largura mínima para ser instalado o “Espaço rvore”, no viário, será, nas calçadas, de 40% (quarenta por cento) da largura, onde as mesmas tiverem no mínimo 2 (dois) metros de largura total;
- b) o comprimento do “Espaço rvore” deve ser o dobro da largura;
- c) além das dimensões, esses espaços deverão ter elementos de identificao visual do “Espaço rvore”, sendo o descumprimento desta passível de advertência seguida de multa, aos que danificarem, alterarem e/ou modificarem o mesmo;
- d) as calçadas que tenham medida inferior a 02 (dois) metros, o “Espaço rvore” deve ocupar o leito carroavel.

4

CAPÍTULO IV DAS PODAS

Art. 16 Fica proibida a realizao de podas de árvores existentes em áreas urbanas de domínio público, especialmente nas vias, passeios, praças e parques.

 1 Em caso de necessidade de poda, o interessado deverá solicitar autorizao à Prefeitura Municipal de Guar.

 2 Nas ocasiões de comprovada emergência, em que haja risco iminente para a populao ou para o patrimnio, tanto público como privado, a poda poderá ser feita pelo Corpo de Bombeiros, sem necessidade de prévia autorizao municipal.

 3 Quando se tratar de podas rentes aos fios de energia elétrica a solicitao deverá ser feita a CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz ou companhia que vier a substituí-la.

 4 As execues de poda por pessoas não autorizadas constituem infrao a esta lei.

Art. 17 O municpe que solicitar a poda de qualquer árvore de domínio público, localizada no passeio público fronteiro ao seu imóvel, deverá justificar a sua necessidade, indicando a localizao da árvore que se pretende podar.

Parágrafo nico:- O solicitante deverá apresentar comprovante de propriedade de imóvel ou, quando não proprietário, comprovante de residência, acompanhado de autorizao do proprietário.

Art. 18 A poda de árvore em domínio público, caso necessidade, somente será permitida a:

I - servidor municipal, devidamente treinado, mediante ordem de serviço expedida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Guar;

II - empresas concessionárias de serviços públicos, desde que as mesmas possuam pessoas treinadas, através de curso de poda em arborizao urbana e acompanhamento permanente de um responsável da empresa pela orientao do serviço, ficando a cargo destas a responsabilidade do transporte dos detritos gerados;

III - equipe do Corpo de Bombeiros e equipe da CPFL Companhia Paulista de Força e Luz, conforme motivos relacionados nos  2 e  3, do artigo 16 desta lei;



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Parágrafo nico:- Excepcionalmente a poda de árvores em áreas de domínio público poderá ser realizada por pessoas físicas devidamente capacitadas em curso de poda da arborizao urbana, estando estas com equipamento mínimo de segurança e devidamente credenciadas ou autorizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico.

Art. 19 A poda de árvores em áreas urbanas de domínio público somente será permitida nas seguintes situaoes:

- I** - para conduo, visando a sua formao;
- II** - sob fiao, quando representarem riscos de acidentes ou de interrupo dos sistemas elétrico, de telefonia ou de outros serviços;
- III** - para sua limpeza, visando somente  retirada de galhos secos, quebrados ou com pragas e/ou doenças;
- IV** - quando os galhos estiverem causando prejudiciais em edificaoes, na iluminao ou na sinalizao de trânsito nas vias públicas;
- V** - para recuperao da arquitetura da copa.

Art. 20 Fica vedada a poda drástica ou excessiva das árvores localizadas em área urbana de domínio público, e que afete significativamente o desenvolvimento natural do vegetal.

 1 Entende-se por poda drástica ou excessiva aquela apresenta uma ou mais das seguintes características:

- I** - o corte de mais de 30% (trinta por cento) do total da massa verde da copa;
- II** - o corte da parte superior da copa, eliminando a gema apical;
- III** - o corte de somente um lado da copa, ocasionando deficiência no desenvolvimento estrutural da rvore;
- IV** - eliminao total das ramificaoes terciárias, secundárias, ou primárias de qualquer espécie arbórea, não sendo justificativa, sua capacidade de regenerao e a permanência de galhos que venham tentar caracterizar uma copa;
- V** - remoo total da copa, permanecendo acima do tronco os ramos principais com menos de 1,00m (um metro) de comprimento nas árvores adultas;
- VI** - remoo total de um ou mais ramos principais, resultando no desequilíbrio irreversível da rvore;
- VII** - remoo total da copa de árvores jovens e adultas, resultando apenas o tronco.

 2 Os casos que não se enquadrem nos incisos do parágrafo anterior serão analisados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico para a caracterizao ou não da existência de poda drástica ou excessiva.

Art. 21 A Prefeitura Municipal, empresas concessionárias de serviços públicos, a equipe do Corpo de Bombeiros e a CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz poderão realizar poda drástica ou excessiva em caso de emergência real ou de iminente risco  populao, devendo posteriormente, emitir comunicado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico, com todas as especificaoes.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 22 A poda de raízes são será possível, se executada em casos especiais, mediante a presença de técnicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico ou de profissionais legalmente habilitados.

CAPÍTULO V DA SUPRESSÃO

Art. 23 A supressão de qualquer árvore somente será permitida com prévia autorizao escrita da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico, através de profissional devidamente habilitado ou pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente, quando:

I - o estado fitossanitário justificar a prática;

II - a árvore ou parte significativa dela, apresentar risco de queda;

III - a árvore estiver causando danos comprovados ao patrimnio público ou privado, não havendo outra alternativa;

IV - se tratar de espécies inadequadas, invasoras tóxicas e/ou com princípios alérgicos, com propagao prejudicial comprovada;

V - constituir-se comprovadamente em obstáculos fisicamente incontornáveis ao acesso e  circulao de veículos e/ou pedestre;

VI - constituírem-se obstáculos fisicamente incontornáveis para a construo, reforma de obras e rebaixamento de guias;

VII - a árvore estiver sem vitalidade, ou seja, com sua morte caracterizada;

VIII - da implantao de empreendimentos públicos ou privados não havendo soluço técnica comprovada que evite a necessidade da extrao ou corte;

IX - o plantio da árvore foi feito de forma irregular;

X - a árvore estiver prejudicando a rede de esgoto e água.

 1 Para os efeitos deste artigo considera-se profissional devidamente habilitado a pessoa que possua curso superior completo em Biologia, Ecologia, Engenharia Ambiental, Engenharia Agronmica e Engenharia Florestal, ou, ainda formao em Técnico Ambiental ou Técnico Agrícola.

 2 Caso seja constatada a presença de nidificao habitada nos vegetais a serem removidos, transplantados ou podados, estes procedimentos deverão ser adiados até o momento da desocupao dos ninhos.

Art. 24 A obteno de autorizao requerida para supressão de exemplares arbóreos limita-se às espécies arbóreas nativas e exóticas, com diâmetro de tronco  altura do peito (DAP) igual ou superior a 0,05m (cinco centímetros).

Parágrafo nico:- Fica dispensada a solicitao de autorizao para supressão de espécies arbóreas frutíferas.

CAPÍTULO VI DA AUTORIZAO PARA SUPRESSÃO

Art. 25 A pessoa física ou jurídica poderá requerer autorizao para a supressão de árvore, junto à Prefeitura Municipal de Guar, que decidirá pela concessão do deferimento do pedido de supressão.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 26 O munícipe que requerer a supressão de qualquer árvore localizada no passeio público fronteiro ao seu imóvel deverá justificar a sua necessidade, indicando a localizao da árvore que se pretende suprimir.

 1 O solicitante deverá apresentar comprovante de propriedade de imóvel ou, quando não proprietário, comprovante de residência, acompanhado de autorizao do proprietário.

 2 O requerimento para supressão de árvore deverá conter:

I - o nome do requerente;

II - o endereço onde se encontra o espécime;

III - a quantidade de espécimes a serem suprimidas;

IV - a razão da supressão;

V - declarao de que conhece a existência do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do requerimento, para análise do pedido.

Art. 27 Concedida a autorizao para supressão de árvore, deverá ser plantada na mesma propriedade 1 (um) indivíduo para cada removido, de porte adequado, no ponto cujo afastamento seja o menor possível da antiga posio.

 1 Não havendo espaço adequado no mesmo local, como forma de compensao ambiental, o requerente deverá doar para cada árvore suprimida 6 (seis) mudas para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após o deferimento da supressão.

 2 A supressão da árvore implica na extrao e remoo total do vegetal, não sendo permitido deixar o tronco da árvore inserido na calçada.

Art. 28 A autorizao para supressão poderá ser negada se a árvore for considerada imune ao corte, mediante ato do Poder Público.

Art. 29 Após o deferimento do pedido, o requerente terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para efetivar a supressão da árvore e substituio da mesma, sob pena prevista em lei.

Parágrafo nico:- Não sendo efetuada a supressão da árvore no prazo de 20 (vinte) dias úteis após o deferimento do pedido, o requerente deverá pedir nova autorizao.

Art. 30. No caso de supressão de árvores por motivos de acidentes, naturais ou induzidos, causados por imprudência, imperícia ou negligência, fica o seu responsabilizado pelos danos gerados, eximindo-se do poder público quaisquer responsabilidades.

Art. 31. Os custos dos serviços de supressão e remoo de árvores quando aprovada, bem como, a responsabilidade e os custos de reposio de espécie ficarão a cargo do requerente.

 1 O requerente, quando da supressão da árvore, deverá providenciar caçambas ou outro meio para depositar e transportar os restos de árvores a fim de dar destino final para os mesmos.

 2 Fica proibida a colocao dos restos de árvores decorrentes de supressão e podas nas calçadas, ruas, avenidas e canteiros centrais.

 3 Fica proibida a queima de qualquer objeto nos centrais e nas áreas verdes do Município.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 32 Indeferido o pedido para supressão de árvore o interessado poderá recorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, diretamente ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, ou ao Prefeito Municipal caso o pedido tenha sido indeferido por aquele Secretário.

Parágrafo nico:- Indeferido o recurso, o processo será arquivado.

CAPÍTULO VII DA IMUNIDADE AO CORTE DA ÁRVORE

8

Art. 33 Qualquer rvore poderá ser declarada imune ao corte, mediante decreto do Prefeito Municipal, levando-se em considerao:

I - sua raridade;

II - sua antiguidade;

III - seu interesse histórico, científico, paisagístico;

IV - sua condio de porta-semente;

V - outro fator de relevante interesse ambiental.

 1 Compete  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico;

I - emitir parecer conclusivo quanto à imunidade;

II - cadastrar e identificar, por uso de placas de identificao, as árvores declaradas imunes ao corte.

 2 Uma rvore declarada imune ao corte e sendo inevitável a sua retirada, poderá, obedecida  legislao pertinente e a critério da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico, ser transplantada para praça ou outro logradouro público.

Art. 34 Qualquer municpe poderá solicitar, justificadamente, a declarao de imunidade ao corte de árvore, mediante requerimento endereçado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico.

CAPÍTULO VIII DAS INFRAOES

Art. 35 Constitui infrao, para os efeitos desta lei, toda ao ou omissão que importe na inobservância de preceitos nela estabelecidos ou na desobediência de determinao de caráter normativo dos órgãos e das autoridades administrativas competentes.

Art. 36 Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar ou auxiliar alguém a praticar infrao contra disposioes desta lei e os encarregados da sua execuo que, tendo conhecimento da infrao, deixarem de atuar o infrator.

 1. Não são diretamente passíveis de aplicao das penas previstas nesta lei:

I - os incapazes na forma da lei civil;

II - os que foram coagidos a cometer a infrao.

 2 Nos casos do parágrafo anterior, a pena recairá sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o incapaz ou àquele que der causa  contraveno forçada e sobre o autor da coao.



Art. 37 A pena, além de impor a obrigação de fazer ou não fazer, será pecuniária e consistirá em multa.

Art. 38 Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura Municipal, participar de licitações, celebrarem contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

Art. 39 Além das penalidades previstas nas legislações federais e estaduais, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aqueles que infringirem as disposições desta lei ficam sujeitas às seguintes sanções:

I - podar árvore sem a devida autorização: multa de 4 UFM's (Unidade Fiscal do Município), por árvore podada;

II - promover poda drástica de árvore sem a devida autorização multa de 6 UFM's (Unidade Fiscal do Município), por árvore podada;

III - suprimir árvore, por qualquer meio, sem a devida autorização: multa de 16 UFM's (Unidade Fiscal do Município), por árvore e replantio;

IV - suprimir árvore, estando autorizado, mas sem remover totalmente o vegetal, deixando o seu tronco da árvore inserido no local: multa de 6 UFM's (Unidade Fiscal do Município), por tronco não extraído totalmente;

V - danificar de qualquer forma árvore ou muda, inclusive por anelamento: multa de 10 UFM's (Unidade Fiscal do Município) por árvore e, em caso de morte do vegetal, o replantio;

VI - cair, pintar, pichar, fixar pregos, faixas, cartazes, placas, luminosos, letreiros, toldos ou similares em árvores, para quaisquer fins: multa de 5 UFM's (Unidade Fiscal do Município), por árvore atingida;

VII - lançar resíduos domésticos, de construção ou industriais nos canteiros de arborização urbana: multa de 7 UFM's (Unidade Fiscal do Município);

VIII - transitar com veículos de qualquer natureza sobre os canteiros, praças e jardins públicos, excetuando-se as situações emergenciais ou de interesse público: multa 5 UFM's (Unidade Fiscal do Município);

IX - utilizar andaimes ou tapumes nas construções e reformas de modo que danifiquem as árvores da arborização urbana: multa de 4 UFM's (Unidade Fiscal do Município) por árvore atendida.

X - colocar restos de árvores decorrentes de supressão e podas nas calçadas, ruas e canteiros centrais: 8 UFM's (Unidade Fiscal do Município);

XI - falta de plantio ou doação de mudas como forma de substituição ou compensação ambiental: 8 UFM's (Unidade Fiscal do Município), por árvore não plantada e ou não doada;

XII - eliminação de espécie arborea por produtos químicos: multa de 16 UFM's (Unidade Fiscal do Município), por árvore e replantio.

 1 Se a infração for cometida contra árvore declarada imune ao corte,  multa será acrescida de 250 UFM's (Unidade Fiscal do Município) e o fato deverá ser denunciado ao Ministério Público.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

§ 2° Entende-se por anelamento o corte da casca circundando o tronco da árvore, impedindo a circulação da seiva elaborada, podendo levar o vegetal  morte.

§ 3° As penalidades pecuniárias não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma da lei.

§ 4° No caso de inadimplência quanto ao pagamento da multa, esta será inscrita em dvida ativa do Município e encaminhada para cobrança judicial.

§ 5° Caberá  Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico encaminhar ao Ministério Público informação a respeito das autuações aplicadas em decorrência de descumprimento desta lei.

§ 6° Nenhuma multa será aplicada ao infrator se, entre a data da prática do ato infracional e a lavratura do respectivo auto de infração, houverem transcorridos mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 40 As multas previstas no artigo anterior serão acrescidas de 50% (cinquenta por cento) do seu valor no caso de existência de situações agravantes.

§ 1° São situações agravantes:

- a) ser reincidente;
- b) prestar falsas informações ou omitir dados técnicos;
- c) realizar corte ou poda não autorizada à noite ou em finais de semana;
- d) dificultar ou impedir a ação fiscalizadora ou desacatar os fiscais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico;
- e) não reparação do dano ou contenção da degradação ambiental causada.

§ 2° Em casos de reincidência, a multa será aplicada em dobro da anteriormente imposta, em substituição ao acréscimo previsto no "caput" deste artigo.

§ 3° Considera-se reincidente aquele que for penalizado com multa, pelo mesmo motivo, no prazo de 12 (doze) meses contados da lavratura do auto de infração anterior.

Art. 41 As multas deverão ser recolhidas pelo infrator no prazo de 15 (quinze) dias, contados da lavratura do autor de infração.

CAPÍTULO X DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 42 O auto de infração, instrumento por meio do qual se apura a violação das disposições desta lei, será lavrado pela autoridade municipal competente, no local em que for verificada a infração ou na sede da sua repartição.

§ 1° Os autos de infração, lavrados em modelos específicos, deverão conter:

- I – nome do infrator, seu domicílio e residência, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil;
- II -local, data e hora da infração;



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

III - descrição da infração em conformidade com esta lei, mencionando o dispositivo legal transgredido;

IV - penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição.

V - prazo para o recolhimento da multa quando aplicada;

VI - prazo para interposição de defesa;

VII - assinaturas da autoridade autuante e do infrator.

 2 A assinatura do infrator não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão e nem a recusa em assiná-lo agravar a pena.

11

Art. 43 A autoridade competente que tiver ciência ou notícia de ocorrência de infração  obrigada a promover a sua apuro imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de responsabilidade.

Art. 44 As omissoes ou incorreoes na lavratura do auto de infração não acarretarão nulidade do mesmo, quando do processo constar os elementos necessários a determinação da infração e do infrator.

Art. 45 O infrator será notificado da lavratura pessoalmente, no próprio auto de infração.

 1 No caso de recusa do recebimento da notificação do auto de infração, o fiscal certificar o fato, acompanhado de 02 (duas) testemunhas, se houver.

 2 No caso de não localização do infrator, a notificação ocorrerá através de edital publicado no diário oficial do município.

CAPÍTULO XI DA DEFESA DO AUTUADO

Art. 46 O infrator poderá oferecer defesa ao auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da ciência da sua lavratura.

Parágrafo nico:- Apresentada a defesa, o auto de infração será julgado pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Art. 47 Nas transgressoes que independam de análise ou perícia, o processo será considerado concluído, caso o infrator não apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da ciência da lavratura do auto de infração.

Art. 48 As defesas interpostas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo, a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente de fazer ou não fazer.

Art. 49 Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para defesa, ou apreciada esta, a autoridade proferirá a decisão final, dando o processo por concluído, após a respectiva cientificação do autuado, a qual se dará pessoalmente ou por edital publicado no local de costume da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Parágrafo nico:- Julgada improcedente a defesa, o autuado deverá recolher a multa no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da cientificao da decisão.

Art. 50 Os valores arrecadados, provenientes da aplicao de multas emitidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico, serão revertidos ao Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – FMPSA.

12

CAPÍTULO XII DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Art. 51 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta lei, excluir-se- o dia do início e incluir-se- o do vencimento, prorrogando-se este, automaticamente e, para o primeiro dia útil, se recair em dia em que não haja expediente no órgão competente.

 1 A prescrio interrompe-se pela citao, notificao ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apurao e conseqüente imposio de pena.

 2 Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIOES FINAIS

Art. 52 A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico, poderá, nos limites de sua competência, expedir as resoluoes que julgar necessárias ao cumprimento desta lei.

Parágrafo nico:- O Secretário Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico poderá delegar a outros órgãos da Administrao Pública direta e indireta ou a entidades particulares, em caso de interesse público, a competência para realizao de serviços necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 53 A competência para fiscalizao e aplicao das penalidades previstas nesta Lei será, concorrentemente, do Fiscal Ambiental e do Fiscal de Posturas.

Art. 54 Toda a arrecadao financeira advinda desta lei, inclusive as decorrentes de penalidades pecuniárias, será depositada no Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – FMPSA.

Art. 55 O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconmico promover a ampla divulgao do contdo desta lei.

Art. 56 O Código de Posturas, o Código de Obras e o Código Tributário Municipal e o Plano Diretor subsidiarão as questões relacionadas às infraoes, penas e multas mencionadas nesta lei.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 57 Os Códigos, legislaes e normas técnicas federais referentes ao meio ambiente aplicam-se de forma concorrente com esta lei.

Art. 58 Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação, revogando-se em específico a Lei 1.531/2009.

Câmara Municipal de Guar/SP, 19 de junho de 2018.

13

Fabiana Junqueira Seribeli
Presidente

Regina Rodrigues Coelho
1^a Secretária

Abílio Mateus Borges
2^o Secretário